

Sumário

| | |
|--|------|
| Prefácio | XIII |
| Introdução..... | XVII |
| 1 Contexto histórico da jornada de trabalho | 7 |
| 1.1 Conceito de jornada de trabalho | 11 |
| 1.2 Natureza jurídica e classificação da jornada de trabalho..... | 13 |
| 1.3 Modalidades de jornada de trabalho | 16 |
| 1.4 Intervalos na jornada de trabalho | 19 |
| 1.5 Controle de jornada de trabalho | 23 |
| 1.6 Remuneração da jornada extraordinária | 27 |
| 1.7 Ônus probatório da jornada de trabalho no Processo do Trabalho | 29 |
| 1.8 Implicações na jornada de trabalho após a Lei 13.467/2017 | 34 |
| 1.9 Jornada de trabalho excessiva e o dano existencial | 37 |
| 1.10 Jornada de trabalho no século XXI: alguns paradigmas teóricos | 42 |
| 1.11 Jornada de trabalho, teletrabalho e o direito a desconexão | 46 |
| 2 Aspectos polêmicos do Acordo de Compensação de Horas.... | 53 |
| 2.1 Natureza jurídica e conceito de Acordo de Compensação de Horas | 54 |
| 2.2 A compensação de horas na Constituição Federal de 1988, e na Consolidação das Leis do Trabalho..... | 56 |

| | |
|--|-----------|
| 2.3 A compensação de horas e a Súmula 85 do TST..... | 58 |
| 2.4 O Acordo de Compensação de Horas como negócio jurídico | 62 |
| 2.5 O negócio jurídico segundo o Direito Civil | 64 |
| 2.6 Requisitos de validade ou invalidade do negócio jurídico | 67 |
| 2.7 A configuração da (in) validade do acordo de Compensação de Horas | 70 |
| 2.8 A invalidade do Acordo de compensação de horas e o artigo 166 do Código Civil de 2002..... | 75 |
| 2.9 Acordo de Compensação de Horas: flexibilização ou desregulamentação do direito do trabalho? | 77 |
| 2.10 Módulos de compensação de horas..... | 80 |
| 2.11 Rescisão do contrato de trabalho sem a compensação integral da jornada extraordinária | 82 |
| 2.12 A compensação de horas e os benefícios para o empregado e o empregador | 84 |
| 2.13 Profissões que não se permite a compensação de horas..... | 85 |
| 3 A proposta de pesquisar os aspectos teóricos e práticos do banco de horas..... | 89 |
| 3.1 Conceito de banco de horas, natureza jurídica e origem no Brasil | 91 |
| 3.2 Os princípios do Direito do Trabalho e sua correlação com o banco de horas | 94 |
| 3.3 A previsão do banco de horas na Constituição Federal de 1988: a declaração da sua inconstitucionalidade.... | 101 |
| 3.4 O banco de horas e a Reforma Trabalhista: uma análise crítica..... | 104 |
| 3.5 Banco de horas e doença ocupacional: existe alguma relação? | 108 |

| | |
|--|------------|
| 3.6 Banco de horas: entre a compensação e a remuneração..... | 112 |
| 3.7 A configuração da nulidade do banco de horas | 114 |
| 3.8 O controle e gestão das horas extraordinárias no banco de horas..... | 117 |
| 3.9 Ônus da prova do banco de horas no Processo do Trabalho..... | 120 |
| 3.10 Banco de horas negativo e rescisão do contrato de trabalho..... | 122 |
| 3.11 Decisões jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho sobre banco de horas..... | 124 |
| 3.12 Direito comparado: aspectos gerais do banco de horas em Portugal..... | 129 |
| Conclusão | 133 |
| Referências bibliográficas | 141 |